

TERRASOS



DOCUMENTO DE TRABALHO

**BIOCRÉDITOS E BANCOS DE HABITAT:
REPENSANDO O
DESENVOLVIMENTO E A
MANUTENÇÃO DA
INFRAESTRUTURA ECOLÓGICA**

Autores: Mariana Sarmiento e Charles Bedford

BIOCRÉDITOS E BANCOS DE HABITAT: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ECOLÓGICA

- *Os créditos de biodiversidade, dentro de um marco de infraestrutura ecológica, têm o potencial de acelerar o financiamento para a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que beneficiam as comunidades locais e os guardiões da biodiversidade.*
- *Para que os créditos voluntários de biodiversidade (biocréditos) funcionem em benefício da natureza e de seus guardiões, precisamos nos afastar do marco dos créditos de carbono por razões técnicas, sociais e práticas.*
- *O marco de infraestrutura para biocréditos é uma forma responsável, rastreável e transparente de financiar a restauração de paisagens naturais e beneficiar as pessoas que são responsáveis pela manutenção da natureza, tão necessária para a nossa sobrevivência.*

Autores:

Mariana Sarmiento

Diretora Executiva da Terrasos Colômbia, uma empresa especialista em gestão da biodiversidade.

Charles Bedford

Professor da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong e Diretor de Impacto da Carbon Growth Partners

RESUMO EXECUTIVO

Historicamente, a noção da natureza como infraestrutura crítica que deve ser restaurada e mantida tem sido mais restrita à teoria e à academia do que à prática. Recentemente, porém, muitos governos, organizações não governamentais (ONGs) e o setor privado criaram novos mecanismos financeiros que estão começando a garantir o investimento adequado em nossa infraestrutura natural. O Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal indica que, para cobrir o déficit de financiamento referente à biodiversidade, é necessário destinar uma soma de 600 a 800 bilhões de dólares anuais até 2030. Essa cifra só pode ser gerada através da valorização adequada da natureza e da criação de mercados que mobilizem capital privado, público e institucional.

Os créditos ou unidades de biodiversidade são um novo tipo de ativo que deve ser desenvolvido para financiar a restauração e a manutenção da nossa infraestrutura ecológica. Em geral, o termo “créditos de biodiversidade” ou “biocréditos” é usado para designar um ativo intangível criado por meio da restauração e gestão de áreas, tanto voluntária quanto derivada do cumprimento de regulamentações, por pelo menos 30 anos.

É importante ressaltar que não fazemos distinção entre as fontes de financiamento para a ferramenta de biocréditos, em vez disso, focamos nos paralelos e aprendizados das obras de infraestrutura civil concluídas ou em fase de construção.

Os biocréditos já estão sendo aplicados em diversas jurisdições: nos Estados Unidos, manifestam-se como obrigações de cumprimento estabelecidas pela Lei de Espécies Ameaçadas (*Endangered Species Act*) e pela Lei da Água Limpa (*Clean Water Act*). Na Colômbia, são implementados por meio de exigências regulatórias que determinam que os responsáveis pelo desenvolvimento de infraestruturas realizem a restauração

de parte do habitat degradado pelo projeto. Além disso, observa-se o surgimento de diversos sistemas voluntários de biocréditos, alguns alinhados e outros totalmente independentes dos mecanismos de compensação previstos na regulação ambiental. Os biocréditos distinguem-se dos créditos de carbono por representarem resultados ecológicos e de gestão de longo prazo. Os biocréditos estão voltados para o futuro, com foco na entrega, manutenção e reparação da infraestrutura ecológica, bem como na criação do tecido institucional e social necessário para sua sustentabilidade. Esses instrumentos também refletem a necessidade de integrar as externalidades associadas à natureza no processo de desenvolvimento.

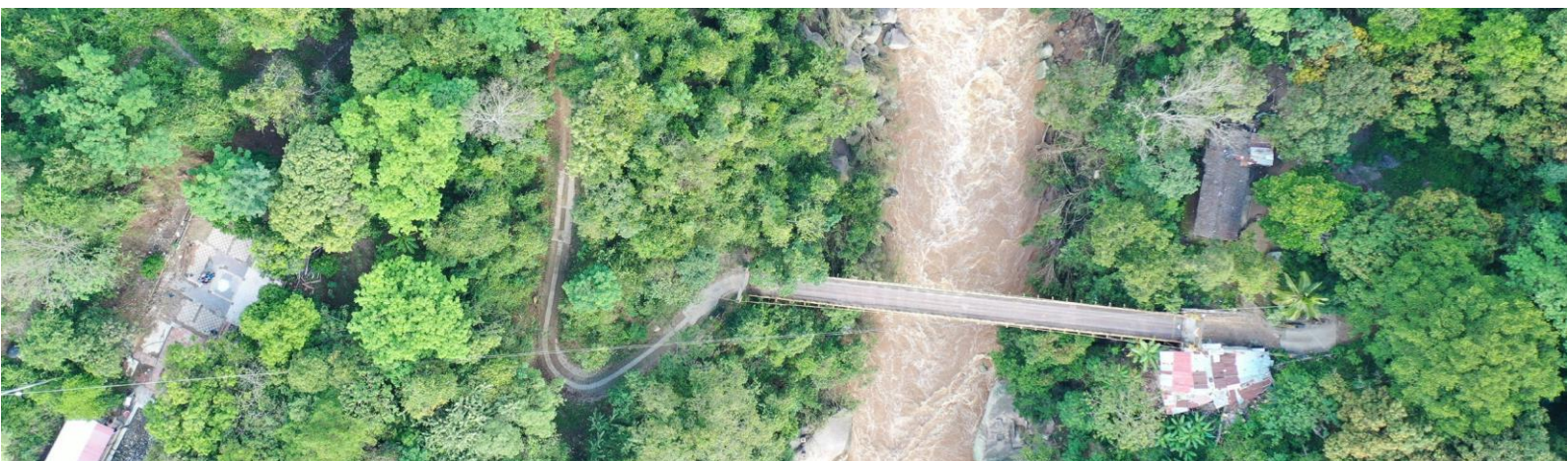
De fato, a concepção da natureza como infraestrutura remonta ao século XIX. Para enfrentar a perda de biodiversidade, é fundamental redefinir a abordagem, orientando-a para um modelo de mercado de longo prazo, análogo ao dos sistemas tradicionais de infraestrutura, no qual a infraestrutura ecológica desejada é restaurada, construída e mantida de forma contínua. Esse modelo contrasta com o mercado de carbono, concebido para criar incentivos à redução de emissões e, portanto, com tendência à obsolescência, à medida que a transição energética avança rumo a 2050.

Neste documento, analisamos as diversas formas de atuação do setor privado nos mercados de infraestrutura, com o objetivo de oferecer diretrizes sobre como ampliar os fluxos financeiros e mobilizar créditos ou unidades de biodiversidade, bem como outros instrumentos de mercado, para o fortalecimento da infraestrutura ecológica. Adicionalmente, traçamos paralelos entre os sistemas de financiamento e manutenção de obras de infraestrutura civil e os processos de restauração e gestão da infraestrutura natural. Por fim, apresentamos recomendações voltadas à adoção de padrões e práticas de infraestrutura aplicados à natureza.

¹ Nelson SH, Bigger P. Infrastructural nature. *Prog Hum Geogr.* 2022 Feb;46(1):86-107. doi: 10.1177/0309132521993916. Epub 2021 Feb 25. PMID: 35115736; PMCID: PMC8801626.

See also <https://www.eco-business.com/opinion/nature-as-infrastructure/> commentary by Erik Berglof chief economist from the Asia Infrastructure Development Bank.

CONTEXTO: INFRAESTRUTURA CIVIL



Os gastos globais em infraestrutura somam aproximadamente 2,5 trilhões de dólares por ano e abrangem múltiplos setores, como transporte, energia, água e telecomunicações, incorporando uma ampla gama de tecnologias, entre as quais se destacam as redes inteligentes, os contratos inteligentes e a infraestrutura digital. A gestão de riscos e o planejamento para manutenção contínua constituem componentes essenciais também para os projetos de infraestrutura natural de longo prazo. Assim como na arquitetura a forma segue a função, o financiamento de infraestrutura é estruturado de modo a disponibilizar recursos de forma sincronizada com as necessidades de desenvolvimento, manutenção e reconstrução das instalações.

Atualmente, o mercado de infraestrutura civil demanda investimentos significativos tanto de entidades públicas quanto de investidores privados, apoiando-se em diferentes modelos de negócios adaptados a cada contexto. O capital privado, em particular, costuma participar desses mercados por meio de modelos de concessão, parcerias público-privadas (PPP) e outras iniciativas de investimento privado. Nos modelos de concessão, o setor privado é responsável pelo financiamento, construção e operação de projetos de infraestrutura durante um período determinado, com uma eventual transferência da propriedade e do controle do ativo para o setor público.

Os acordos de concessão podem ser aplicados a infraestruturas tradicionais, como rodovias, pontes, instalações públicas, aeroportos, hospitais e estações de tratamento de água. No caso da infraestrutura natural, os atores privados têm desenvolvido e operado projetos voltados à restauração de ecossistemas (como os bancos de habitat nos Estados Unidos e na Colômbia), além de iniciativas como a criação e gestão do Parque Nacional de Komodo, na Indonésia, ou sistemas de contratação em que as concessionárias administram operações comerciais em parques nacionais. As parcerias público-privadas (PPP) e as iniciativas privadas envolvem a partilha de responsabilidades e riscos entre os setores público e privado nas etapas de concepção, financiamento, construção e operação de projetos de infraestrutura, incluindo componentes de pagamento por desempenho, semelhantes aos observados em projetos de biocréditos.

As modalidades de pagamento e de definição de preços variam conforme o tipo de infraestrutura e o modelo de negócio adotado. De modo geral, os preços no mercado de infraestrutura são padronizados, seguindo normas e diretrizes operacionais que visam garantir a qualidade, promover boas práticas, otimizar a gestão de custos e assegurar a equidade entre as partes envolvidas.

CONTEXTO: INFRAESTRUTURA NATURAL

O objetivo dos biocréditos é viabilizar o fornecimento, a manutenção e a restauração da infraestrutura ecológica. Embora esse instrumento seja relativamente recente como ferramenta, a concepção da natureza como infraestrutura remonta ao século XIX. O financiamento público destinado à proteção da natureza tem seguido, em grande medida, o modelo de infraestrutura, materializando-se por meio de investimentos públicos em parques nacionais e terras de domínio público.

No entanto, o investimento público, por si só, tem se mostrado insuficiente para proteger a diversidade da vida na Terra. Essa limitação decorre da extensão restrita das terras de domínio público, dos usos conflitantes desses territórios, da escassez de recursos destinados à gestão e à restauração, bem como dos impactos das mudanças climáticas e das crescentes demandas populacionais e de desenvolvimento. Diante desse contexto, a incorporação de mecanismos de investimento privado aos modelos de financiamento de infraestrutura pode ajudar na proteção da natureza, atuando de forma complementar ao mandato e às políticas públicas.

Manter a infraestrutura natural, assim como manter uma rodovia ou uma instalação pública, é fundamentalmente uma questão de custos. O uso de biocréditos como instrumento para enfrentar a perda de natureza está mais alinhado aos marcos de infraestrutura do que ao mercado de carbono. O carbono é uma externalidade negativa, portanto, usar mercados especulativos para impulsionar preços mais altos é fundamental para dissuadir as emissões. A infraestrutura natural é um requisito positivo para a vida na Terra e, por essa razão, exige planejamento de longo prazo e preços baseados em custos reais.

Comparar os biocréditos com os créditos de carbono não é particularmente útil, já que a única semelhança entre eles é que ambos são tipos relativamente novos de ativos.

- 1. Origem:** os créditos de carbono podem ser gerados a partir de uma variedade imensa de fontes. Todos os créditos de biodiversidade provêm da natureza.
- 2. Término:** os créditos de carbono representam resultados anuais. Os biocréditos devem representar resultados ecológicos a longo prazo, compromisso e gestão.
- 3. Aspecto temporal:** os biocréditos estão voltados para o futuro, com foco na entrega, manutenção e reparação da infraestrutura ecológica, além de fortalecer o tecido social capaz de sustentá-la. Os créditos de carbono não são retrospectivos, são uma recompensa por ter mantido o carbono no solo ou por impedir que ele fosse emitido na atmosfera.
- 4. Propósito:** os créditos de carbono refletem nossa necessidade de reequilibrar a química atmosférica. Basicamente, trata-se de atribuir um preço à poluição, algo negativo. Os créditos de biodiversidade, por sua vez, mantêm a infraestrutura natural que é a base do nosso sustento. Eles financiam a natureza, algo de que precisamos para sobreviver.
- 5. Preço:** os mercados de carbono existem há cerca de 30 anos e começam a amadurecer, com mercados regulados, impostos, sistemas de limite e comércio, além de mercados voluntários que gradualmente convergem para o que poderá se tornar um preço global do carbono. Os biocréditos, por sua vez, precedem os mercados de carbono no contexto da conformidade (como demonstra o modelo de bancos de habitat nos Estados Unidos) e há muito tempo estabeleceram que a natureza tem um preço altamente variável, determinado pelo contexto, pela geografia e pelas ações necessárias para sua proteção e restauração.

3 Carse, A. (2012). Nature as infrastructure: Making and managing the Panama Canal watershed. *Social Studies of Science*, 42(4), 539-563. <https://doi.org/10.1177/0306312712440166>

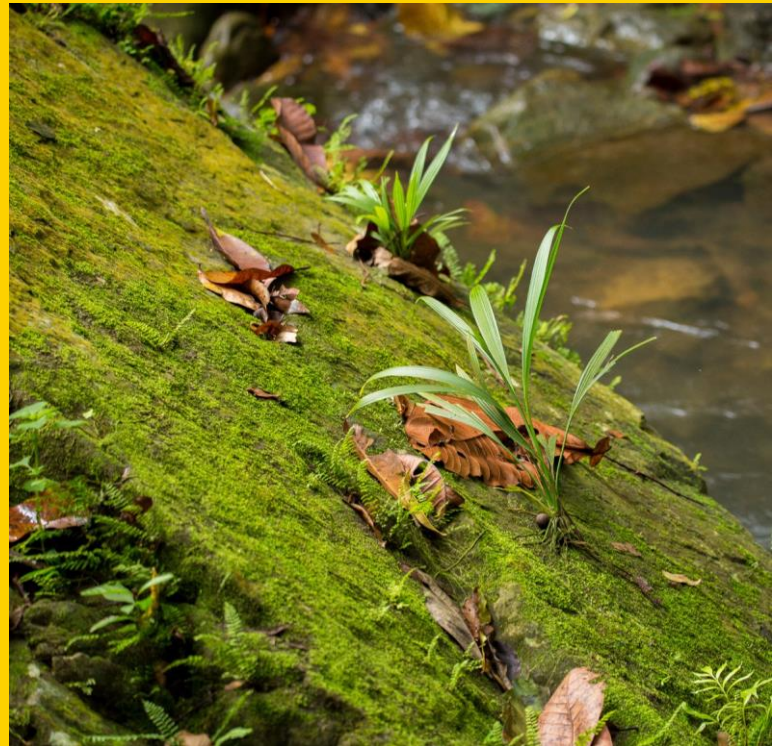
LIÇÕES DA INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA

Dado esse paradigma prático, que lições podemos extrair do financiamento da infraestrutura tradicional para o financiamento da infraestrutura natural?

- 1. Setores ou serviços diversos:** os mercados de infraestrutura abrangem vários setores: transporte, energia, água e telecomunicações. Diferentes tipos de infraestrutura fornecem diferentes tipos de serviços. Da mesma forma, diferentes tipos de ecossistemas oferecem diferentes serviços: alguns são melhores sumidouros de carbono, outros regulam a qualidade e a quantidade da água e outros conservam a biodiversidade. Os custos de manutenção e fornecimento desses serviços são igualmente quantificáveis, tanto em infraestrutura natural quanto construída.
- 2. Vida útil longa:** os projetos de infraestrutura geralmente têm ciclos de vida longos, com fases de planejamento, construção e manutenção que duram décadas. No caso da biodiversidade, o objetivo é que ela seja mantida de forma perpétua.
- 3. Marco regulatório:** o desenvolvimento da infraestrutura está sujeito a regulamentações extensas, que exigem o cumprimento de normas e regulamentos ambientais, de segurança, entre outros. Os projetos de biocréditos devem operar de maneira semelhante, dentro de regulamentações nacionais complementares, com cumprimento de padrões, auditorias etc.
- 4. Integração tecnológica:** o desenvolvimento de infraestruturas incorpora cada vez mais tecnologias avançadas, como redes inteligentes, contratos inteligentes, financiamento de projetos, DMRV (sigla em inglês para Monitoramento, Relato e Verificação de Dados) e infraestruturas digitais para melhorar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade. Os projetos de biocréditos também usam contratos inteligentes, blockchain, monitoramento bioacústico e teledeteção para garantir que os resultados sejam mantidos.
- 5. Gestão de Riscos:** a gestão de infraestruturas envolve a administração de vários riscos, incluindo riscos políticos, financeiros, climáticos e operacionais, devido à natureza de longo prazo dos projetos. Tanto a natureza como as infraestruturas de transporte e energia precisam dessa função.



O investimento na conservação da biodiversidade tem sido tradicionalmente limitado ao financiamento público ou filantrópico, o que até agora se mostrou insuficiente para enfrentar a dimensão e a gravidade da crise da biodiversidade. No caso da infraestrutura tradicional, os governos nacionais, juntamente com organizações de financiamento multilateral e, mais recentemente, investidores privados, desenvolveram diversos tipos de arranjos dos quais podemos extrair lições para financiar a infraestrutura natural. Atualmente, os mercados de infraestrutura envolvem investimentos significativos tanto de entidades públicas, como os governos, quanto de investidores privados, que operam com diferentes modelos de negócio. Projetar e acomodar diversas fontes de financiamento é uma história de sucesso no mercado de infraestrutura e pode ser adotada de forma mais ampla para a natureza.



MODELOS DE FINANCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA E OPORTUNIDADES



O capital privado para financiar a infraestrutura construída assume diversas formas, incluindo modelos de concessão, parcerias público-privadas e iniciativas privadas. Ao examinar mais de perto cada um desses modelos, fica claro que também podem ser aplicados à infraestrutura natural, ajudando a desbloquear o financiamento necessário para manter a base de ativos naturais.

A seguir, descrevemos alguns modelos específicos de financiamento de capital privado para infraestrutura tradicional e destacamos algumas áreas em que também financiaram infraestrutura natural:



Tipologia	Iniciativas privadas - Construir-Operar-Transferir (BOT, sigla em inglês)	Iniciativas privadas - Construir-Transferir-Operar (BTO, na sigla em inglês)	Parceria Público-Privada (PPP):	Acordos de Concessão
Descrição	No BOT, o setor privado financia, constrói e opera um projeto de infraestrutura por um período específico. Após esse período, a propriedade e o controle são transferidos para o setor público.	O modelo BTO implica a construção e propriedade de um projeto de infraestrutura pelo setor privado, com posterior transferência para o setor público. No entanto, o setor privado pode ou não continuar operando o projeto após a transferência.	A PPP é um acordo colaborativo em que os setores público e privado compartilham responsabilidades e riscos na concepção, financiamento, construção e operação de projetos de infraestrutura. Esse modelo pode assumir diversas formas, como BOT (Construir-Operar-Transferir) e DBFO (Projetar-Construir-Financiar-Operar).	As entidades privadas recebem uma concessão do governo para operar e obter lucros de um projeto de infraestrutura durante um determinado período. A concessionária pode ser responsável pelo financiamento, construção e operação. Concessão para operar um porto, aeroporto ou serviço específico.
Exemplo de infraestrutura tradicional	Pedágios, pontes e instalações públicas.	Prédios públicos, sistemas de transporte.	Aeroportos, hospitais, estações de tratamento de água.	
Exemplo de infraestrutura natural	Um projeto de restauração de ecossistemas é desenvolvido e operado por um agente privado. O projeto pode ou não ser transferido.	Frequentemente utilizado por ONGs nos Estados Unidos para adquirir terras críticas mais rapidamente do que o governo, e posteriormente transferi-las para uma agência governamental de gestão de terras.	O Parque Nacional de Komodo é um exemplo de cooperação entre uma empresa privada e uma ONG que planejam e gerenciam um parque nacional sob contrato com o governo da Indonésia.	Estabelecimento e manutenção de infraestrutura física de parques nacionais nos Estados Unidos, com financiamento proveniente de receitas relacionadas aos usuários do turismo de natureza.
Quem paga a infraestrutura natural?	Usuários do projeto de infraestrutura natural.	Inicialmente, fundos filantrópicos, geralmente reembolsados por dotações governamentais após a transferência.	Combinação de fundos governamentais, taxas de usuários/visitantes, fundos de caridade e receitas de atividades comerciais.	A instalação ou a infraestrutura natural pode ser financiada por meio de um título, que será reembolsado com as receitas geradas pela concessão.
Formas de pagamento e preços	A transferência ocorre quando o pagamento total tiver sido efetuado por parte da entidade pública ou privada.			A entidade privada paga uma taxa de "licença" ao governo.

PREÇOS

Os preços no mercado de infraestrutura podem variar amplamente, dependendo do tipo de infraestrutura e do modelo de negócio envolvido. Os preços e custos costumam ser unificados. Por exemplo, em infraestruturas lineares, como rodovias, ferrovias ou linhas de transmissão, as unidades são avaliadas por quilômetro ou metro. Não existem dois projetos de infraestrutura iguais nem com o mesmo custo, embora existam padrões e melhores práticas que ajudam a estabelecer os custos para licitantes e compradores. No caso dos projetos de biodiversidade, também não existem dois ecossistemas iguais, embora o denominador comum para todos seja o custo por área (hectares, acres ou metros quadrados).

Portanto, os preços dependem de fatores como a natureza da infraestrutura, o valor dos terrenos, o ambiente regulatório, a alocação de riscos e os objetivos dos atores públicos e privados envolvidos. É essencial estabelecer um equilíbrio que assegure retornos justos ao setor privado, ao mesmo tempo em que garanta serviços acessíveis e confiáveis para os atores públicos ou privados, incluindo comunidades e proprietários de terras.

Isso implica que o preço deve, no mínimo, cobrir os custos de desenvolvimento e de manutenção da infraestrutura.

Tipo / Descrição		
Tarifas de usuário ou taxas	Pagamentos por disponibilidade	Pagamentos por concessão
Os usuários da infraestrutura pagam tarifas ou taxas com base no uso. Esse modelo é comum em serviços públicos como água, eletricidade e pedágios. As tarifas podem ser fixas, variáveis ou uma combinação de ambas.	Os pagamentos são feitos com base na disponibilidade e no desempenho da infraestrutura, em vez de tarifas diretas aos usuários. O governo ou a entidade financiadora realiza pagamentos ao operador do setor privado, geralmente em valores fixos, para garantir que a infraestrutura esteja disponível para uso público.	Nos acordos de concessão, as entidades privadas frequentemente realizam pagamentos de concessão ao governo em troca do direito de operar e obter lucros de um projeto de infraestrutura. Esses pagamentos podem ser fixos, periódicos ou baseados em uma porcentagem da receita.

Tipo / Descrição		
Pagamentos por arrendamento	Pagamentos baseados em capacidade ou produção	Preços baseados em incentivos
Nos modelos de arrendamento e operação, as entidades privadas pagam ao governo arrendamentos pelo direito de usar e operar os ativos de infraestrutura. Os termos do arrendamento e a estrutura de pagamentos geralmente são detalhados no contrato de arrendamento.	Os pagamentos estão vinculados à capacidade fornecida ou à produção gerada pela infraestrutura. Esse modelo é frequentemente utilizado em projetos de energia, nos quais os pagamentos se baseiam na quantidade de eletricidade gerada ou fornecida.	As estruturas de preços podem incluir incentivos ou penalizações em função do desempenho da infraestrutura, o que incentiva os operadores privados a cumprir ou superar os parâmetros de desempenho especificados.

CONCLUSÕES

A natureza e a infraestrutura construída são duas faces de uma mesma moeda: ambos prestam serviços essenciais às pessoas e requerem planejamento estratégico, visão e gestão de longo prazo para manter essa capacidade. No entanto, a infraestrutura natural tem sido historicamente subfinanciada, em grande parte porque o mundo não atribuiu valor adequado aos serviços que ela oferece, nem internalizou os custos de sua restauração nas indústrias e infraestruturas construídas que dela se beneficiam sem compensação.

Essa realidade está mudando com a crescente conscientização sobre a interligação entre o bem-estar humano, a produtividade econômica e o mundo natural. Os modelos de autorização e financiamento tradicionalmente aplicados à infraestrutura cinza estão sendo cada vez mais utilizados e adaptados para viabilizar o financiamento da infraestrutura natural. É um erro equiparar os mecanismos de precificação do mercado de carbono, projetados para dissuadir as emissões, à gestão baseada em custos da infraestrutura natural, que é projetada para manter a biosfera de forma contínua e sustentável. Os biocréditos representam um meio de financiamento responsável, rastreável e transparente para a restauração de paisagens naturais, beneficiando as pessoas que têm mantido a natureza da qual todos dependemos para sobreviver.



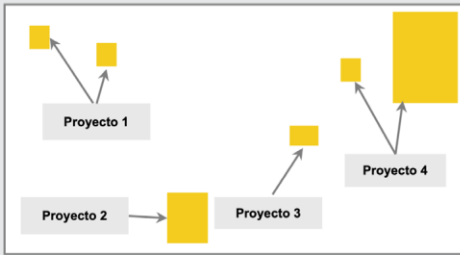
COMO FUNCIONA A COMPENSAÇÃO POR BANCOS DE HABITATS

As empresas ou organizações de bancos de habitats (que podem ser privadas, públicas ou sem fins lucrativos) antecipam os requisitos de compensação ambiental exigidos pelos países aos desenvolvedores de projetos. Essas organizações identificam locais estratégicos, estruturam e investem em projetos de conservação e restauração em grande escala, com duração mínima de 30 anos. Cada local e seu respectivo projeto constituem um banco de habitat que gera retornos ambientais, sociais e financeiros. Proprietários de terras, desenvolvedores de habitat e terceiros participam como investidores. Os pagamentos são realizados pelas empresas de infraestrutura somente quando os resultados de conservação e restauração são efetivamente alcançados.

Os princípios básicos do modelo de negócio dos bancos de habitat incluem:

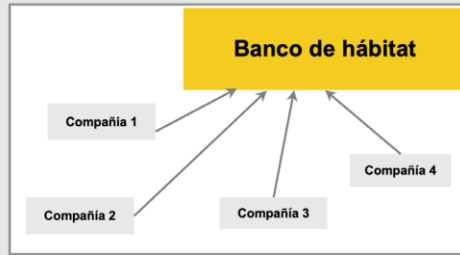
1. **Fonte de receita:** os bancos de habitat geram receita por meio da venda de créditos ou unidades de biodiversidade, exigidos por leis nacionais ou regionais que determinam compensações equivalentes pela destruição de habitats naturais.
2. **Esquema de pagamentos:** os pagamentos por essas unidades são feitos sob um esquema de "pagamento por resultados", em que a empresa de infraestrutura paga com base no cumprimento das metas contratuais de execução.
3. **Arrecadação de receitas:** as receitas são arrecadadas entre os primeiros 5 e 15 anos de operação de cada banco de habitat e são pagas ao longo do tempo, de acordo com o cronograma financeiro.
4. **Atividades:** o banco de habitat implementa tanto a restauração quanto a conservação ambiental.
5. **Estrutura de custos e despesas:** os custos e despesas incluem a execução de tarefas, a obtenção de direitos sobre a terra, mão de obra e a compra de suprimentos relacionados à restauração e conservação, juntamente com os custos de estruturação e gestão do modelo de negócios.
6. **Direitos de uso da terra:** o direito de uso das terras que compõem o banco de habitat geralmente é obtido por meio de um contrato de usufruto parcial, que concede direitos de uso sem transferência de propriedade e oferece compensação a uma taxa igual ou superior ao custo de oportunidade do uso alternativo da área. Em outros casos, o direito pode ser adquirido por meio da transferência do título de propriedade.
7. **Duração:** os bancos de habitat têm normalmente uma duração de 30 anos ou mais, dependendo da legislação.
8. **Fundo de amortização:** para garantir a disponibilidade de recursos que sustentem as operações ao longo da vida útil do projeto, esse fundo destina uma parte das receitas obtidas nos primeiros 15 anos para assegurar que o projeto possa funcionar, no mínimo, até o trigésimo ano. Esse mecanismo se assemelha a um fundo de pensão da natureza, comum em iniciativas que envolvem bancos de habitat.
9. **Verificação e registro por terceiros:** para garantir a transparência, o governo ou um terceiro administrará um registro onde será documentado tudo relacionado aos bancos de habitat e todas as transações. Os créditos não são liberados para venda a menos que um terceiro (o governo ou um terceiro qualificado) tenha verificado o cumprimento dos resultados.

Inversiones tradicionales



- Custos de transação elevados
- Custos de implementação incertos
- Impacto reduzido
- Incompatibilidade entre os prazos dos projetos e as obrigações
- Impossibilidade de manter os investimentos e impactos

Bancos de hábitat



VS.

- Investimento inicial
- Pagamentos com base no desempenho
- Terreno garantido
- Custos de transação reduzidos
- Economias de escala
- Redução do risco financeiro e da incerteza para as empresas

Os bancos de habitat operam com base em um modelo de pagamentos vinculados ao desempenho, o que mitiga os riscos tanto para as empresas quanto para os governos. Os mecanismos de mercado possibilitam a obtenção de lucros, o que incentiva a participação de proprietários privados de terras por meio de compromissos de longo prazo com suas terras em troca de pagamentos e o investimento de capital privado em troca de um retorno competitivo.

São uma alternativa “positivamente disruptiva” para a implementação de compensações ambientais, em contraste com as intervenções tradicionais de baixa qualidade, dispersas e de curto prazo, realizadas diretamente pelos desenvolvedores de projetos. Trata-se de uma abordagem inovadora de conservação da biodiversidade, na qual os projetos investem capital na aquisição e restauração nos primeiros anos, mas mantêm recursos em um fundo de amortização de 30 anos, destinado a financiar a gestão da natureza durante esse período, segregados em um fideicomisso especial vinculado à terra.

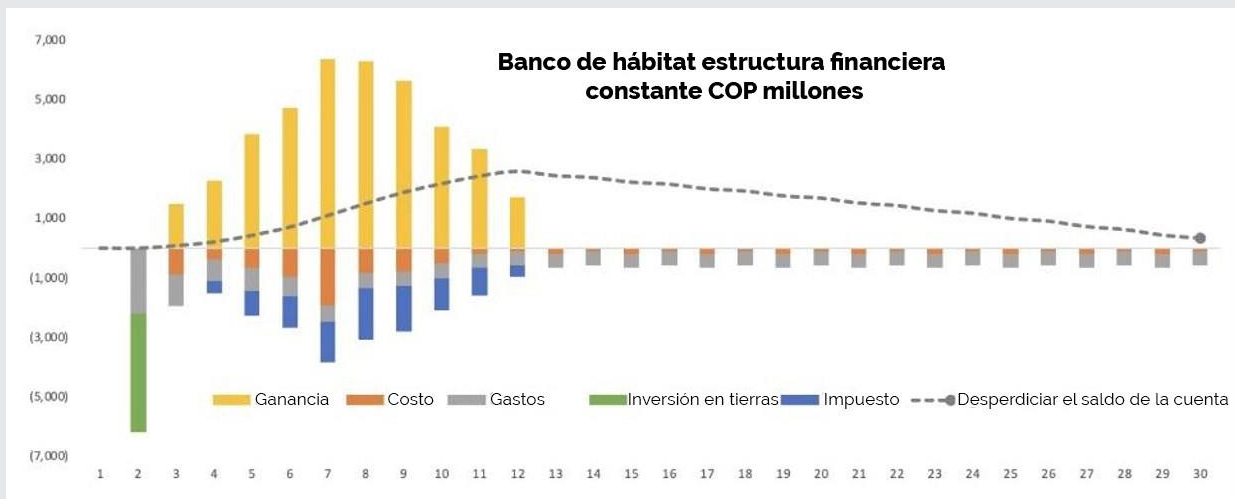




Figura 1: Fluxos de caixa de um banco habitacional ao longo de 30 anos.


O modelo dos bancos de habitat difere dos esquemas tradicionais de compensação administrados pelo governo por adotar pagamentos baseados em desempenho, nos quais os recursos são liberados a partir de um fundo fiduciário independente somente quando o operador do banco de habitat atinge os marcos estabelecidos.


TERRASOS


Siga nossas redes sociais:

 [terrasos_co](#)

 [Terrasos](#)

 [@TerrasosCO](#)

 [Terrasos Oficial](#)

 [Terrasos Colombia](#)